



Ata da 440ª Reunião Ordinária do CES/PE

Conselho Estadual de Saúde – CES/PE

1 Aos nove dias do mês de julho de dois mil e catorze, às nove horas e quarenta
2 minutos, teve início a quadingentésima quadragésima Reunião Ordinária do
3 Conselho Estadual de Saúde - CES/PE, localizado a Rua João Fernandes Vieira, 518 -
4 Boa Vista – Recife - PE. **Presentes as entidades e respectivos representantes:** Maria
5 Zilda da Silva Uchoa Cavalcanti- Trabalhador COREN/PE – Conselho Regional de
6 Enfermagem de Pernambuco- Titular; José Marcos da Silva- Trabalhador- CREFONO
7 4ª REGIÃO – Conselho Regional de Fonoaudiologia- Suplente; Valderlene Guimarães
8 Santos- Trabalhador- CREFITO 1ª Região – Conselho Regional de Fisioterapia e
9 Terapia Ocupacional- Titular; Adriano Martins Dantas- Trabalhador- SINDACS/PE –
10 Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado de Pernambuco- Titular;
11 João Batista Fortunato- Trabalhador- SINDSAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores em
12 Saúde e Seguridade Social do Estado de Pernambuco- Titular; Jássimo Bartolomeu
13 dos Santos- Trabalhador- SINDSAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e
14 Seguridade Social do Estado de Pernambuco- Suplente; José Francisco de Assis
15 Barbosa- Trabalhador- SINDSEP/PE – Sindicato dos Servidores Públicos Federais no
16 Estado de Pernambuco- Titular; Neide Pereira dos Santos- Trabalhador- SINDSEP/PE –
17 Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco- Suplente;
18 Ivonete Maria Batista- Trabalhador- SINDSPREV/PE – Sindicato dos Trabalhadores
19 Públicos Federais da Saúde e Previdência Social do Estado de Pernambuco- Titular;
20 Iacelys Maria Santana de Carvalho- Trabalhador- SINDSPREV/PE – Sindicato dos
21 Trabalhadores Públicos Federais da Saúde e Previdência Social do Estado de
22 Pernambuco- Suplente; Antônio Rosildo de Mendonça- Trabalhador- SINDUPE -
23 Sindicato dos Servidores da Universidade de Pernambuco- Titular; Romero Márcio
24 Nogueira Dias- Trabalhador- CRO/PE – Conselho Regional de Odontologia de
25 Pernambuco- Suplente; Hermias Veloso da Silveira Filho- Trabalhador- SINFARPE -
26 Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco- Titular; Armando Luiz
27 Arantes de Moura- Trabalhador- CRF – Conselho Regional de Farmácia do Estado de
28 Pernambuco- Suplente; Jair Brandão de Moura Filho - Usuário/Patologia- GESTOS -
29 Soropositividade, Comunicação e Gênero- Titular; Erivânia Ferreira da Silva-
30 Usuário/Portador de Deficiência- Associação dos Deficientes Visuais do Agreste



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO

Aprovada em 12.11.14

31 Meridional de Pernambuco – ADVAMPE- Titular; Edite Honorato de Araújo-
32 Usuário/Criança e Adolescente- Centro de Atendimento Lar Bem – Te- Vi- Suplente;
33 José Rodrigues da Silva - Usuário/Trab. Rural- Federação dos Trabalhadores na
34 Agricultura do Estado de Pernambuco- Titular; Maria de Fátima Menezes da Silva-
35 Usuário/Meio Ambiente- Instituto Pró-Cidadania- Suplente; Euclides Monteiro Neto-
36 Usuário/Meio Ambiente- Instituto Pró-Cidadania- Titular; Liana de Araujo Almeida-
37 Usuário/Centrais Sindicais- Central Única dos Trabalhadores- Suplente; Sônia Maria
38 de Oliveira Pinto- Usuário/Mulheres- CEPAS – Centro de Ensino Popular e Assistência
39 Social do Estado de Pernambuco Santa Paula Frassinetti – Suplente; Antônia Veloso
40 Vieira- Usuário/Idoso/a- Congregação de Assistência Social das Irmãs de Nossa
41 Senhora da Glória- Titular; Isabel Macedo Rodrigues- Usuário/Sertão- Recanto Madre
42 Paulina – Instituto de Saúde Holística Madre Paulina- Titular; Ubirajara Alves de Lima-
43 Usuário/Zona da Mata- Círculo Operário de Nazaré da Mata- Titular; José Alves de
44 Andrade- Usuário/Zona da Mata- Círculo Operário de Nazaré da Mata- Suplente; Ana
45 Cláudia Callou Matos- Gestor- SES/PE - Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco-
46 Suplente; Jany Welma de Sá Albuquerque - Gestor- SES/PE - Secretaria Estadual de
47 Saúde de Pernambuco - Titular; Inês Eugênia Ribeiro da Costa - Gestor- SES/PE -
48 Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco- Suplente; Nívea Lucena de Lima-
49 Gestor- SEE/PE - Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco - Titular; Célia
50 Rejane Carvalho de Menezes Araújo- Gestor- Secretaria Estadual de Planejamento e
51 Desenvolvimento Social- Suplente. Após saudações a Coordenadora da mesa,
52 Conselheira Ana Cláudia Callou proferiu a leitura da pauta: **Justificativa das**
53 **ausências; Aprovação da Ata:** 437ª Reunião Ordinária; **Entrega da Ata:** 438ª Reunião
54 Ordinária; **Avaliação das Ações do CES/PE, referente ao 1º Semestre de 2014;**
55 **Debate; Temas sugeridos de Pauta:** Saúde Integral da População LGBT em PE;
56 Assistência Farmacêutica no Estado como Política de Estado; Saúde Mental por conta
57 da Ineficiência das Políticas depois do Fechamento de Leitos Hospitalares;
58 Terceirizações no Estado, quanto está política é danosa ao SUS; Política de Atenção à
59 Saúde do Homem e da Mulher com foco na questão da Violência e Crack; O Processo
60 de Terceirização de entrega dos recursos financeiros do SUS para organizações que
61 compõem as corporações de lucro com diagnóstico e terapia no Estado de PE, com
62 foco na situação do caso HEMOPE e congêneres, quem são as O.S? Quem está por
63 trás delas?; Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; Demandas dos
64 Movimentos Sociais – o que os Movimentos Sociais Querem? Quais os determinantes
65 sociais da saúde estão sendo apontados pelos movimentos sociais e qual o papel do



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO

Aprovada em 12.11.14

66 CES?PE quanto a pauta o modelo de atenção à Saúde?; Regulação; **7. CIST e**
67 **Coordenação; 8. Homologação dos Delegados Estaduais para etapa Nacional;**
68 **Segmento usuário:** Maria de Fátima, Ubirajara de Lima e Ricardo Herculano;
69 **Segmento trabalhador:** José Marcos, Marluce Brito (CIST); **Segmento gestor:** Aline
70 Gurgel e Ana Paula Melo. **Eventos:** Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do
71 Adolescente – Fórum DCA/PE (Seminário Nossa Senhora das Dores – Rua Garanhuns
72 183 Bairro: Petrópolis, Caruaru/PE, nos dias 22 e 23/7/14 das 9h às 17h/**02**
73 **representantes de Entidades um adulto e um jovem;** Seminário de Educação
74 Permanente nos dias (13 e 14/8/14 em Brasília, com **indicação de um membro da**
75 **Comissão de Educação Permanente do Conselho, com todas as despesas pagas);**
76 **Informes e encerramento; Aquisição de uma copiadora.** Antes de dar início aos
77 trabalhos, a mesa concedeu a fala para a Conselheira Jany e propôs que do item seis
78 fosse discutido naquele dia apenas o formato de redação, acréscimos de pontos de
79 pauta a quem interessasse, e que fosse remetido para a executiva montar agenda de
80 propostas até o final do ano. O representante do Movimento dos Trabalhadores
81 Cristãos, Sr. Adson observou os temas apresentados não contemplava equipamentos
82 para exames nos hospitais públicos, saúde do idoso, SAMU para remover pacientes
83 aos hospitais de referência, e nem a atenção básica. Sugeriu aquele pleno definir ao
84 menos as três prioridades. Conselheiro Francisco concordou que deviam naquele dia
85 discutirem as prioridades. Conselheira Fátima sugeriu acrescentar o tema referente
86 ao sistema da regulação, e ao item oito deliberarem também a indicação para a vaga
87 de usuário. O pleno **acatou** a inclusão na pauta, no item 8º para indicação de 01
88 conselheiro/a, na vacância do segmento usuário para participar da 4ª Conferência
89 Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Conselheira Erivânia Ferreira
90 informou que estava voltando ao conselho. Propôs alteração da pauta colocando os
91 itens dos eventos e informes para o período da manhã, porque as pessoas que
92 moravam no interior precisavam sair mais cedo. Solicitou que a questão da sua
93 locomoção como conselheira estadual fosse revista, e gostaria de saber por que
94 antes tinha direito ao transporte. Conselheira Zilda sugeriu como pauta discussões
95 referente à assistência materno infantil e questões ligada as maternidades.
96 Conselheira Isabel observou podiam resumir as questões referentes a terceirizações
97 em único tema. Solicitou o documento entregue pelo pessoal de Petrolina referente
98 à Macro fosse acrescentado, e reforçou a proposta dos informes serem colocados no
99 período da manhã. Conselheiro Batista solicitou incluir a discussão referente ao
100 Hospital Pan de Areias, informando os motivos de ter parado as obras, e sugeriu



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO

Aprovada em 12.11.14

101 acrescentar o tema política estadual do idoso. Conselheiro Jair Brandão observou na
102 hora que fossem discutir os temas teria uma proposta para acrescentar. Conselheiro
103 Romero sugeriu em todas as apresentações a informação do recorte financeiro, e
104 sugeriu a inclusão de saúde bucal e fluoretação, convidando o Coordenador Paulo
105 César Santos, Coordenação de Saúde Bucal. Conselheira Fátima sugeriu como ponto
106 de pauta a compra de uma copiadora para o CSE/PE. O pleno **acata** a inclusão na
107 pauta referente à aquisição de uma copiadora, como 11º item. Esclareceu a casa
108 estava com uma alugada e no momento em processo de licitação. Conselheira Jany
109 concordou com a junção dos temas, e sugeriu ao demandante do tema dos
110 movimentos sociais, se colocasse para esclarecer melhor a discussão. Conselheiro
111 Hermias concordou que os temas de terceirização e processos seriam únicos. E seria
112 interessante promover um debate com o governo que defendia aquele modelo,
113 Ministério Público, Tribunal de Contas e Ministério da Saúde para ter uma discussão
114 completa e questionada e aprofundamento legal, como exemplo, não realização de
115 concursos públicos e contratação temporária. A Coordenação da mesa esclareceu a
116 Conselheira Erivânia quando houve o processo eleitoral a instituição dela foi escrita
117 na vaga do segmento de pessoa com deficiência, e não pela regional. Não garantindo
118 o deslocamento como anteriormente. Conselheira Jany acrescentou quando se
119 tratava de conselheiro regional o CES viabilizava todas as despesas. Quando eleito na
120 vaga de estadual e ocupando vaga de representação que não era da região do
121 agreste, o próprio conselheiro viabilizava seu deslocamento e sua alimentação. E
122 hoje ela estava representando uma vaga dentro dos segmentos do estado, e em tese
123 todos eram da região metropolitana, não sendo agreste, nem mata e nem sertão,
124 teria a viabilização de tudo que os outros tinham. Acrescentou ser diferente dos
125 moradores de Petrolina, por exemplo, tinha despesas com passagem aérea, diária,
126 hospedagem, e foram eleitos para representar a região. Conselheira Fátima colocou
127 que a posição de conselheiro seria de relevância pública. Colocou desconhecer lei e
128 decreto do governador relatando só daria passagem para quem fosse da região da
129 mata, agreste e sertão. E sendo o caso o conselho deveria custear o deslocamento
130 porque ela estava representando o estado e não a sua instituição. Observou que
131 aquela informação não constava em resolução, no regimento interno e nem na lei do
132 CES/PE. E se houvesse gostaria de ter acesso, e se havia estava errada, pois estava
133 em desacordo com decreto do governador, e artigo vinte de conselheiros. Sr. Adson
134 aconselhou tratarem de maneira especial, porque a conselheira dependia do
135 acompanhante necessitando do apoio. Observou todos da região metropolitana



136 recebia passagem. Conselheiro Francisco colocou a questão da necessidade de outros
137 equipamentos no conselho, além do relatado pela Conselheira Fátima, a exemplo da
138 máquina fotográfica. Destacou necessidade e voltar a discutir apoio aos tickets assim
139 como deslocamento. Conselheiro Jair reforçou que a questão da Conselheira Erivânia
140 não era ponto de pauta, e sim demanda. Recomendou encaminhar para a Comissão
141 Executiva, e respeitando as resoluções anteriores aprovadas no pleno para analisar.
142 Observou todos estavam se colocando a favor de apoiar, e o encaminhamento seria
143 trazer uma resposta no próximo pleno por se tratar de questão urgente. Conselheira
144 Jany acatou a proposta, e acrescentou em relação à questão dos equipamentos, que
145 deveria também ser remetida, como havia deliberado em outro pleno, que aquelas
146 demandas administrativas ficariam como missão da Comissão Executiva. Acrescentou
147 destacar a fala do conselheiro Francisco sendo incluso no processo. Conselheiro José
148 Rodrigues solicitou esclarecimento da coordenação da mesa em relação ao que foi de
149 fato acordado em relação à pauta do dia. A Conselheira Ana Cláudia Callou lembrou
150 deliberação anterior em que uma vez o informe lido não havendo contestação estaria
151 aprovado. Conselheira Erivânia lembrou que havia solicitado que as questões ligadas
152 a informe, eventos e representações fossem discutidas pela manhã, para facilitar a
153 volta para o interior. Conselheira Jany propôs manterem a pauta e quem fosse sair
154 mais cedo, e tivesse interesse de participar de algum evento ou informe solicitava
155 fala para registrar. **Acatado.** Na continuidade da pauta **Justificativas de ausência:**
156 Antônio Ricardo Herculano da Silva- Usuário/Mov. Popular- Movimento Negro
157 Unificado – MNU- Titular; Aparecida Gomes da Silva Pereira- Usuário/Indígena-
158 Conselho Distrital de Saúde Indígena – CONDI- Titular. **Aprovação da Ata:** 437ª
159 Reunião Ordinária. A Secretária Executiva esclareceu a ata não tinha sido distribuída
160 na reunião passada por falta de equipamento para xerocar, sendo disponibilizada
161 apenas por e-mail. A Conselheira Fátima recomendou **corrigir as linhas 115, 1002 e**
162 **1018.** A mesa propôs a relatoria ouvir novamente a gravação e uma vez confirmado
163 seriam feito os ajustes e aprovação na próxima reunião plenária. **Acatado.** O pleno
164 **acata** remeter para a **próxima reunião a aprovação da ata 437ª** Reunião Ordinária.
165 Conselheiro Batista observou falta de apoio da gestão da SES/PE em disponibilizar o
166 material da ata na forma escrita, pois era dever que o mesmo fosse encaminhado e
167 impresso na SES/PE. Acrescentou muitos não tinham e-mail, computador ou
168 habilidade. Questionou se o documento do parecer jurídico relativo ao processo que
169 envolvia a Conselheira Maria José tinha sido encaminhado pela Comissão Executiva,
170 pois era a comissão que tinha absorvido as demandas da antiga comissão criada para



171 aqueles fins, devendo ter transparência. A Secretária Suzana Assis esclareceu no dia
172 em que a Conselheira de Arcoverde estava presente, todos tiveram acesso, porém
173 seria encaminhado para as instâncias representativas, ou seja, que iria receber era o
174 Conselho Municipal de Arcoverde. Conselheira Fátima colaborou informando que a
175 conselheira tinha recebido no pleno no dia da discussão do processo, assim como
176 todos em mãos. Quando a mesma após a leitura na sua fala disse que o parecer tinha
177 sido manipulado e tendencioso. Sr. Adson observou o pleno tinha votado e que no
178 dia ele foi contra ao fato de negarem a defesa para a conselheira, e que todos tinham
179 aquele direito. Na sequência **Entrega da Ata: 438ª Reunião Ordinária**. A Secretária,
180 Sra. Suzana Assis esclareceu que já haviam encaminhado também por e-mail, e até
181 ao final da reunião comprometiam-se em fazer a impressão do material e garantir
182 para os conselheiros/as estaduais. Na sequência **Avaliação das Ações do CES/PE,**
183 **referente ao 1º Semestre de 2014**. A Secretária observa que o Conselheiro Ricardo
184 Herculano não tinha chegado ainda, e lembrou quem solicitava a pauta fazia breve
185 introdução, como anteriormente recomendado pelo Sr. Adson. Inicia esclarecendo o
186 instrumento pensado para avaliarem, que foi listarem as comissões e a referência era
187 a PAS-2014. Dispostas em quatro colunas, a primeira todas as comissões já instituídas
188 e as que foram ao longo daquele colegiado. Na segunda as ações programadas pelos
189 conselheiros, discutidas no planejamento em Gaibú, ano passado. Na terceira como
190 as ações tinham sido desenvolvidas no primeiro semestre. Acrescentou no ponto de
191 vista técnico, foram listados todos dados registrados em fora de números para serem
192 contemplados, e os coordenadores das comissões podiam estar fazendo a leitura de
193 sua comissão e avaliar o ponto de vista político. Observou podiam os conselheiros/as
194 fazerem ajustes e justificativas, porque encontrariam em alguns itens algumas ações
195 não realizadas previstas a acontecer em abril e maio. Finalizando informou que a
196 última coluna programação do segundo semestre, podia ser reprogramada para 2015
197 ou readequar a ação. Conselheira Jany colocou em relação a Comissão Executiva na
198 PAS/2014 poderiam verificar algumas atividades internas e que não foram inseridas
199 na programação. Em relação a mudança para novo imóvel da sede do CES relatou
200 que as ações já realizadas no primeiro semestre para aquela meta foram: 1-A
201 demanda estava sobre os cuidados da comissão de articulação, e que foi desfeita
202 retornando para competência da executiva; 2-Na sessão ordinária 438 do conselho
203 deliberou-se mudança do atual imóvel no prazo de sessenta dias, ou instalação em
204 outro espaço que esteja garantida acessibilidade; 3-No dia dez de julho haverá
205 reunião junto a SES/PE para agregar novas propostas junto ao CES/PE. Observou



206 entender que na segunda coluna deveriam manter o descrito, alimentando de acordo
207 com o andamento do processo anual. Informou na continuando do próximo item,
208 Garantir Acessibilidade nos Transportes da CES, ser uma questão da PAS e das ações
209 realizadas no primeiro semestre, e discutidas na Comissão de Orçamento. Colocou
210 que a primeira informação da SES era que no contrato de locação dos automóveis
211 não existia aquele item de acessibilidade nos transportes coletivos. E na Comissão de
212 Orçamento pediu-se para trabalhar com a possibilidade de aquisição, ou verificar nos
213 contratos a possível modificação. E também que a Secretaria Executiva do conselho
214 elaborasse documento oficializando para a SES/PE a solicitação e se possível ainda
215 aquele ano. Conselheiro Jair Brandão solicitou esclarecimento. Observou conforme
216 demonstrava a pauta seria avaliação das ações do CES/PE, e os conselheiros/as
217 deveriam ser avisados no pleno. Porque primeiro a executiva não deveria fazer a
218 avaliação sozinha, e segundo se as comissões existentes no conselho fizeram aquela
219 avaliação e acrescentaram na planilha. Propôs que tivessem tempo para preparar e
220 apresentar na próxima reunião. Conselheira Fátima concordou com a fala anterior, e
221 acrescentou que observou que algumas demandas deliberadas não tinham sido
222 incluídas. Sr. Adson colocou entender que avaliação de ações não era planejamento,
223 e sim o que foi produzido em seis meses de fortalezas e fraquezas, resgatando as
224 resoluções e cumprimento das mesmas. Finalizando que revisão de planejamento
225 seria no final do ano quando deveriam adequar as ações. Conselheiro José Alves de
226 Andrade informou estar participando pela primeira vez da reunião, suplente na
227 Instituição Círculo Operário de Nazaré da Mata. Colocou-se a disposição para
228 participar da Comissão Executiva e Saúde Ambiental. Conselheiro Francisco
229 concordou com a fala do Sr. Adson, acrescentando que foram poucas as ações
230 realizadas por questões financeiras. Observou que tratavam do controle social e não
231 um departamento da SES/PE. Recomendou avaliação interna para encontrar uma
232 direção. Conselheiro Batista reforçou a fala anterior, e observou as comissões não
233 tiveram o tempo devido de colocar as posições, justificando além das demandas
234 voltadas para a conferência de saúde do trabalhador nas quatro macros, a copa e
235 feriados. Conselheira Jany propôs transferir a pauta para a próxima reunião, com a
236 indicação do Conselheiro Jair Brandão de mobilizar as comissões com antecedência
237 para fazerem suas reflexões, e para além do que o Sr. Adson havia colocado teria que
238 constar também o desempenho das comissões colocado pelo Conselheiro Francisco,
239 relatando as dificuldades e como estava sendo executado o trabalho. Porém, não
240 poderiam confundir aquele instrumento era fruto da programação anual de saúde



241 referente ao conselho, portanto não cabendo apenas a secretaria. Observou a PAS se
242 manteria no âmbito da Comissão de Análise do Orçamento, que estava fazendo
243 aquilo, e a comissão já traria a proposta, porque quando fossem fazer a PAS 2015
244 inevitavelmente teriam que olhar para a de 2014, não sendo desassociado, pois a
245 parte das programações cabia o conselho refletir. Concluindo disse além da análise e
246 avaliação da política, a comissão com tempo já traria a PAS/2015 do conselho com a
247 proposta de como ela deveria ficar na análise de orçamento, que havia começado e
248 estava na metade do processo. E, além disso, a Comissão executiva traria a proposta
249 da agenda das discussões das próximas reuniões e de como abordariam até o final do
250 ano, se relacionando com o item seis da pauta referente ao levantamento dos temas
251 que seriam levantados. Conselheiro José Marcos observou a falta de clareza nas
252 propostas, e deveriam discutir o conselho estadual de saúde que estava sucateado e
253 tinha problemas internos. Citou como exemplo a coordenação da CIST que não tinha
254 ficado resolvido, e questões ligadas a conselhos de unidades irregulares. Propôs
255 avaliação do CES e a execução das ações de saúde pela SES. Acrescentou discordava
256 da proposta da Conselheira Jany na pauta do conselho, teria que ser feita pelo pleno
257 e não pela executiva, podendo apenas as administrativas, mas referentes aos temas
258 propostos teriam que fazer como no início de 2013 onde foi decidido pela plenária.
259 Conselheiro Francisco enfatizou a fala anterior estavam perdendo a oportunidade de
260 discutirem as fragilidades. A mesa na tentativa de encaminhar relatou as propostas
261 dividindo em dois pontos, a saber: trazer a discussão referente ao fortalecimento do
262 CES/PE, modelando em dois pontos: 1- discussão do fortalecimento do CES interno e
263 2- discussão das ações executadas e/ou em desenvolvimento e a executar.
264 Conselheiro Jair Brandão salientou a proposta de não avaliarem as ações naquele dia,
265 porque primeiro deveriam partir do princípio da auto-avaliação estavam muito preso
266 ao espaço do conselho, no sentido de estarem discutindo entre eles e para eles. E se
267 fosse pesquisar perceberia que a população não estava acreditando nos espaços de
268 controle social, e concordava com o Conselheiro José Marcos em fazer a população e
269 os conselhos municipais de saúde voltar a acreditar naquele espaço. Observou que
270 sua proposta continuava a mesma, fazer uma avaliação das ações do conselho no
271 primeiro semestre colocando a PAS, as ações das comissões, discussão referente à
272 estrutura, mesmo sendo administrativo porque se utilizavam, e assim fortaleceriam a
273 casa. Finalizando que a executiva junto ao planejamento da SES criasse um roteiro
274 para avaliação, e incluísse as demais propostas apresentadas, observando os avanços
275 e fragilidades. Observou que as eleições estavam próximas e teriam que deixar a casa



276 pronta, através de resoluções legitimando o processo para governantes e população.
277 A mesa realçou a fala observando que a colocação do conselheiro unia e fechava com
278 o modelo quando solicitava o roteiro, fazendo por onde não se perdesse os pontos
279 importantes. Conselheira Jany concordou com a proposta do Conselheiro José
280 Marcos de avaliarem as prioridades dos temas e não a executiva criar a agenda.
281 Conselheiro Jair Brandão salientou que o roteiro não seria um documento fechado,
282 para possibilitar as comissões de incluir caso sentissem necessidade. Conselheiro
283 Francisco perguntou para o Conselheiro Jair qual o objetivo de solicitar do
284 planejamento também a criação do roteiro, pois lutavam pela independência do
285 conselho. Conselheiro Jair esclareceu que era pela experiência que tinha em elaborar
286 aquele documento, ou seja, construir roteiro de avaliação. Conselheiro Batista
287 esclareceu em relação a fala colocada na questão de não existir resolução, que o
288 antigo secretário havia assinado a resolução de nº 533 no início daquele ano
289 seguindo o parecer do RAG 2012. Propôs que fosse resgatada e disponibilizada aos
290 conselheiro/as servindo de norteador para as demais comissões. **Acatado.** A mesa
291 confirma as propostas e o pleno **acatou** remeter para a **próxima reunião, o ponto de**
292 **pauta relativo a Avaliação das Ações do CES** referente ao **1º semestre de 2014,**
293 **devendo a Comissão Executiva e a Diretoria Geral de Planejamento,** essa última
294 **construir coletivamente um instrumento, roteiro para orientar a avaliação,**
295 **identificando o que houve de avanço, as fortalezas e fraquezas,** resgatando todas as
296 **resoluções e cumprimento das mesmas;** O pleno **não apresenta contrários**
297 **referentes à inclusão do Conselheiro José Alves nas Comissões Executiva e Meio**
298 **Ambiente;** O pleno **não apresenta contrário** quanto ao envio de **ofício a SES/PE**
299 **solicitando as possibilidades reais para a mudança do CES/PE;** O pleno **acata** que a
300 **Comissão Executiva resgate as documentações/resoluções** acerca do **custeio de**
301 **passagens e diárias para conselheiros/as regionais e da Região Metropolitana,**
302 **considerando as ponderações da Conselheira Erivânia** e posteriormente remeter ao
303 pleno; O pleno **acata disponibilizar a Resolução Nº 533** para as comissões de forma a
304 **subsidiar a avaliação das comissões no balanço de suas ações relativas ao primeiro**
305 **semestre de 2014.** Na continuidade, **Temas sugeridos de Pauta.** A mesa chamou a
306 atenção às sugestões do Conselheiro Romero que solicitou a inclusão do tema saúde
307 bucal e fluoretação; o sugerido ao Conselheiro Hermias consolidarem em único
308 ponto o Processo de Terceirizações no Estado ao Processo de Terceirização de
309 entrega dos recursos financeiros; A colocação do Sr. Adson na questão do SAMU, as
310 demandas do hospital e o fortalecimento da atenção básica e saúde do idoso não



311 observado dentro dos temas; Conselheira Fátima colocou a questão da regulação;
312 Conselheira Jany solicitou a cada ponto sugerido organizar o texto; Incluir assistência
313 materna infantil com foco nas maternidades. Seguindo demonstrou ponto a ponto os
314 temas sugeridos de pauta: Saúde Integral da População LGBT em PE; Assistência
315 Farmacêutica no Estado como Política de Estado; Saúde Mental por conta da
316 Ineficiência das Políticas depois do Fechamento de Leitos Hospitalares; Terceirizações
317 no Estado, quanto está política é danosa ao SUS; Política de Atenção à Saúde do
318 Homem e da Mulher com foco na questão da Violência e Crack; O Processo de
319 Terceirização de entrega dos recursos financeiros do SUS para organizações que
320 compõem as corporações de lucro com diagnóstico e terapia no Estado de PE, com
321 foco na situação do caso HEMOPE e congêneres, quem são as O.S? Quem está por
322 trás delas?; Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; Demandas dos
323 Movimentos Sociais – o que os Movimentos Sociais Querem? Quais os determinantes
324 sociais da saúde estão sendo apontados pelos movimentos sociais e qual o papel do
325 CES?PE quanto a pauta o modelo de atenção à Saúde?; Regulação. Conselheiro Jair
326 Brandão antes de iniciar sugeriu: melhorar a redação dos pontos; a possibilidades de
327 reuniões extraordinárias; discutir como otimizar o período da tarde podendo discutir
328 dois temas por reunião, sendo um pela manhã e o outro a tarde com objetivo de
329 discutirem mais a política do estado. Resumindo recomendou dentro dos 14 temas
330 sugeridos: reorganizar, melhorar a redação, consolidar alguns temas e ordenar as
331 apresentações por prioridade, observando o mais urgente até o final deste ano. Em
332 relação à Saúde Integral da População LGBT em PE colocou que não era ponto
333 polêmico e extenso podendo ser discutido como segundo ponto de reunião.
334 Observou o Comitê de Saúde LGBT estava ligado ao conselho, e até o momento já
335 havia apresentado um seminário e apresentava relatórios, mas que o Comitê
336 necessitava apresentar algumas questões, por exemplo, como estava a minuta da
337 política LGBT, que já estava em processo de construção, e como funcionava a cirurgia
338 de mudança de sexo nas clínicas. Conselheiro José Marcos sugeriu que fosse
339 aprovado os temas e, por exemplo, na hora de organizar o dia do agendamento a
340 Comissão Executiva entraria em contato com o proponente do tema, para discutirem a
341 questão da redação e foco desejado, porque se comesçassem a mexer em cada um
342 dos temas terminaria perdendo o foco. Resumindo que o momento fosse para definir
343 uma agenda de temas para as reuniões de pleno. E a discussão do foco para a
344 redação, achava que a Comissão Executiva poderia no momento de agendamento e
345 organização conforme os dias de pleno, constatar o desejado. Da outra forma achava



346 que as discussões ficariam extensas. Finaliza solicitando aprovar os temas, organizar
347 a prioridade, mas não discutir tema por tema. **Acatado.** Conselheira Jany observou a
348 proposta do Conselheiro José Marcos era conveniente, e o tempo seria otimizado.
349 Entendeu a recomendação ser definir a prioridade dos temas até o final do ano. E na
350 questão da redação seria a cargo da Comissão Executiva ou a própria Secretaria
351 Executiva entraria em contato com propositor do tema e certificava qual a intenção
352 daquela abordagem, orientando o expositor naquele sentido. Concordou não
353 trabalharem tema a tema, pois tomaria muito tempo. Sugeriu naquele momento
354 definirem as prioridades e avançar depois na comissão. A mesa consolidou as idéias
355 com os temas definidos poderiam enumerar as prioridades. E na sugestão do
356 Conselheiro Jair trabalhar o tema de maior abrangência no período da manhã e o
357 menor, pelo fato de já ter sido debatido no conselho, a tarde, como sugeriu o do
358 tema LGBT. Conselheiro Francisco propôs, observando primeiro que já estavam
359 discutindo a questão do HEMOPE, conforme a comissão formada por ele, Conselheira
360 Sônia e Conselheiro Hermias, priorizar os processos de terceirizações porque já
361 estavam finalizando a discussão. Sugeriu o tema: Terceirização no Estado quanto à
362 política danosa ao SUS, HEMOPE, UPA e Hospitais, verificando os dois lados e como o
363 conselho iria se posicionar. Sr. Adson defendeu como primeiro ponto a atenção básica,
364 e colocou através dela expulsariam os privados e as organizações sociais do sistema,
365 resumiu a base estruturada não gerava matéria prima e faturamento, em
366 consequência não teria interesse de participar do sistema. Sugeriu o tema
367 saneamento ambiental, pois contemplava avanço na saúde do Brasil. Conselheiro
368 Hermias observou os temas serem importante. Concordou em resumir a questão das
369 terceirizações para único ponto, e sua proposta era debate, não no conselho, em
370 formato maior convocando a sociedade, Ministério Público Federal e Estadual,
371 Supremo Federal para responder a algum questionamento. Convidaria ainda as
372 Câmaras Federais e Estaduais, os governos que defendiam a proposta, e os contra
373 também presente. Proposta na integra: Precarização das relações de trabalho, ou
374 seja, trabalho sem carteira assinada em pleno século vinte e um dentro do estado;
375 seleções simplificadas, ou seja, não se realiza mais contrato apenas temporário e sem
376 os direitos do trabalhador; terceirização de pessoal e atividades fins e meios, e de
377 serviço de saúde no âmbito do SUS, que seria o título: O Aspecto Econômico, ou seja,
378 o governo teria que provar o aspecto econômico, mostrando a forma mais viável; A
379 eficácia e Eficiência desses Procedimentos; O Aspecto Legal que seria baseado na
380 constituição federal e no artigo 37 inciso 9, os artigos 197 e 198 inciso 2, 199, a Lei



381 Federal 8.745 que regulava o inciso 9º da Constituição no artigo 37, a Lei de
382 Responsabilidade fFscal nº101, principalmente o inciso 4. Observou seria debate
383 amplo e de importância para setores externos e internos, e de utilidade também para
384 encaminhamentos após o debate. Disse, a assistência farmacêutica do estado e país
385 é um caos, e que defendia a pauta por entender que era a base de todas as políticas
386 de saúde. A mesa esclareceu que o Conselheiro sugeriu a junção dos temas:
387 Terceirizações no Estado, quanto a política era danosa ao SUS e Processo de
388 Terceirização de entrega dos recursos financeiros do SUS, para organizações que
389 compõem as corporações de lucro com diagnóstico e terapia no Estado de PE, com
390 foco na situação do caso HEMOPE e congêneres, quem são as O.S? Quem está por
391 trás delas?; Que encaminharia a proposta, e que fizéssemos uma reunião ampliada
392 do conselho. Conselheiro José Marcos esclareceu que a proposta tinha sido enviada
393 por e-mail, e Suzana poderia confirmar, que discordava porque o modo como estava
394 sendo colocado era muito complexo. E queria discutir como cidadão. Citou, Procede
395 a terceirização da entrega dos recursos financeiros do SUS para as OS. Acrescentou
396 que poderia ser outra pauta como, processo de trabalho e trabalhador, mas ele como
397 cidadão gostaria de discutir apenas o que o CES achava daquilo, apesar de saber que
398 todos eram contra, e que aquele modelo de gestão, chamado de nova governança no
399 SUS, tinha sido aprovado através de lei estadual na Câmara Legislativa, e por isso
400 hoje era legal, mais achava que não podiam deixar de estar recebendo relatório do
401 TCE indicando não ser bom para o sistema público, e enquanto o conselho sequer
402 tinha travado discussão interna. Observou que ainda não se sentia qualificado para
403 participar de um debate público. De fato queria que o conselho convidasse os
404 contraditórios, de preferência que trabalhasse com o tema: Terceirização no SUS,
405 uma discussão, e também que defendesse as organizações sociais, porque gostaria
406 de entender, pois sabia o que as OS representavam nas políticas públicas, porém o
407 modelo e o modo como funcionava em Pernambuco era problemático, não debatia
408 com o controle social. Disse entender que a proposta do Conselheiro Hermias seria
409 extremamente pertinente e relevante, e enquanto trabalhador defendia também,
410 acreditava ser adequado outro ponto de pauta. Finalizando observou não gostaria de
411 perder a idéia de discutir apenas o repasse do recurso, a terceirização. Conselheira
412 Valderlene colocou como prioridade discutir o tema da saúde mental por ineficiência
413 às políticas após fechamento dos leitos hospitalares, e não apresentação abordando
414 aquele tema. Observou que junto viria a assistência farmacêutica, as famílias das
415 pessoas que enfrentavam a falta de leitos, atendimento emergencial e humanizado.



416 Conselheira Jany no sentido de encaminhamento das prioridades observou ter
417 anotado que reincidiram os temas das questões: OS; atenção básica e assistência
418 farmacêutica. Seguindo de uma fala referente à saúde mental, e na fala do
419 Conselheiro Hermias, quando o Conselheiro José Marcos disse entender outro tema,
420 que era questão de gestão do trabalho também. E precisava discutir qual seria a
421 forma, pois cada um estava se referindo a que entendia prioridade, e precisavam
422 chegar a consenso. Colocou achar melhor por reincidência das falas. Conselheiro Jair
423 Brandão informou defender em relação ao tema macro, primeiro a discussão deveria
424 acontecer no conselho. Observou a discussão teria dois momentos micro e macro.
425 Concordou com o Conselheiro José Marcos em discutir o processo de terceirização,
426 porém não achava apenas recursos financeiros, não conseguiria porque a discussão
427 trazia outras implicações e danos à saúde, a saber: medicação, atenção básica, média
428 e alta complexidade. Colocou achar interessante discutir um tema do tipo saúde em
429 Pernambuco, impacto da terceirização no estado. E ao tema incluir a questão dos
430 processos dos recursos, da gestão dentro da atenção básica e da terceirização.
431 Precisava também discutir quem eram as OS, quanto recebiam, e em que a verba era
432 aplicada. Observou ser um problema a questão da lei que aprovava a organização
433 social em Pernambuco, lembrado pelo Conselheiro José Marcos, pois implicava na
434 questão de não resolver rapidamente, e sim através de mobilizações de longo prazo
435 e enquanto aquilo não acontecia, teriam que fazer a parte que lhes cabiam com
436 controle social e fiscalização. Conselheiro Hermias colocou novamente deveriam
437 convidar as instâncias que tomariam posição para funcionar. E a OS estava dentro do
438 repasse dos serviços públicos, devendo discutir amplamente. Acrescentou defender a
439 mesma proposta só que de maneira ampla. Conselheira Fátima colocou o tema
440 regulação era importante, pois não tinha sido discutido no CES, e se encaixava com
441 todos os outros temas. Conselheira Ana Paula Callou observou que o tema sugerido
442 seria pontuado como regulação da atenção. E por tudo colocado verificava poderem
443 trabalhar quatro grandes temas: Terceirização, Assistência Farmacêutica, Atenção
444 Básica e Gestão do Trabalho, observando primeiramente a formulação. Trabalhando
445 estes no dia da reunião pela manhã e a tarde os considerados mais leves na
446 discussão, a saber: Saúde Bucal, Saúde Mental, LGBT, Regulação da Atenção e
447 Materno Infantil. Colocou que o HEMOPE entraria na discussão dos hospitais,
448 observado pelo Conselheiro José Marcos. Concordou com o sugerido por Conselheiro
449 Jair Brandão na questão de ajustar o horário da tarde trazendo os temas já discutidos
450 no conselho e mais leve de trabalhar. Lembrou dentro da rotina prevista teriam mais



451 cinco reuniões ordinárias, e teriam que planejar a questão da priorização dos temas.
452 Conselheiro Hermias questionou como se daria aquele processo dentro do conselho.
453 Em resposta a Conselheira Ana Callou colocou primeiro definir o tema e depois como
454 seria o processo. Conselheiro Romero preocupado com a condução da discussão
455 observou ser representante do conselho de odontologia, mas que não estava ali para
456 defender apenas a saúde bucal. Recomendou debater por blocos, citando o exemplo
457 dos hospitais públicos observado pelo Conselheiro José Marcos incluiria a discussão
458 do HEMOPE, assim como a assistência farmacêutica. Sistematizando chegariam a
459 consenso, deixando as vaidades pessoais de achar seu tema melhor que outro.
460 Conselheira Maria Zilda colocou para seguir ordem de prioridades deveriam observar
461 o estado de Pernambuco tinha um alto índice de mortalidade materna, e crianças
462 prematuras não tinham leitos na UTI para acomodá-las. E seguindo aquela ordem,
463 para ela prioridade significava vida, e no estado morria muitas mulheres. Informou o
464 orçamento destinado ao estado tinha sido de dois milhões e oitocentos mil para
465 atendimento a mulher, e apenas cento e trinta e seis tinha sido utilizado. Nomeou
466 como subutilização de recurso. Observou ainda a necessidade do tratamento da sífilis
467 e da garantia de realizar o exame. Finaliza colocando a ordem de prioridades em seu
468 entendimento seria: Saúde da mulher, abordando o alto índice de mortalidade
469 materna existente; Terceirizações; Saúde do Trabalhador, trazendo anteriormente a
470 discussão da política, os dados de adoecimento dos profissionais. Acrescentou que se
471 houvesse necessidade fariam um pleno extraordinário para que todos fossem
472 contemplados. Conselheiro Moura, representante do seguimento dos usuários no
473 Município de Camaragibe considerou prioridade a saúde mental. Observou a
474 necessidade no interior de alguns municípios não terem atendimento nos CAP –
475 Centro de Atendimento Psicossocial, e o único local de referência da capital, o
476 Hospital Ulisses Guimarães sempre fila imensa, esperando em média de doze a
477 dezoito horas por uma vaga. Sugeriu que o CES buscasse a melhoria de sua estrutura
478 para facilitar a resolução de muitas demandas pendentes. Conselheiro Hermias
479 observou a necessidade também como prioridade de um tema que abordasse o alto
480 índice de mortalidade por AIDS pelo abandono do tratamento de tuberculose.
481 Enfatizou a discussão de o tema assistência farmacêutica ser fundamental porque a
482 estrutura dela no estado era desastrosa, pois não tinha medicamento na rede de
483 emergência, ambulatório, nem estrutura e pessoal. Resumindo disse que não tinha
484 política de saúde sem aquelas condições que funcionasse bem. Concordou alguns
485 temas absorveriam outros, porém a preocupação era saber como seria a discussão e



486 quais os resultados que trariam. Observou debate interno seria debater idéias e se
487 fosse efetiva sairia algo prepositivo e positivo. Conselheiro Jair Brandão informou que
488 na gestão passada trouxeram a regulação, e a questão era saberem acompanhar o
489 que era deliberado, pois na discussão passada comprometeu-se de três em três
490 meses enviar relatório das denúncias e o que tinha resolvido, e não cumpriu com a
491 deliberação do CES/PE. E que o mesmo ocorreu com a assistência farmacêutica
492 estiveram presente no ano passado, e, no entanto observavam na mídia pacientes
493 transplantado que estavam sem medicamento ainda hoje. E na questão da formação
494 de um GT para averiguar as questões até o momento não tinham feito nenhuma
495 reunião. Concordou com a questão colocada referente ao produto das discussões.
496 Precisavam trazer o governo, porém com a presença de alguém de outra visão.
497 Convidando também os conselhos de municipais de saúde, divulgando a pautar e
498 mobilizado, com apoio de uma força tarefa para oficializar, telefonar e não só enviar
499 e-mail. Conselheiro Francisco concordou com a forma sintetizada e norteadora da
500 Conselheira Ana Callou. Acrescentou deveriam buscar espaço maior para as
501 discussões mais ampliadas do período da manhã, e depois à tarde retornariam ao
502 conselho para os demais temas. Sugeriu no sindicato que ele representava, pois era
503 próximo ao conselho e comportaria aproximadamente cem pessoas. Citou ainda o
504 SINDISPREV como local indicado a reunião, e também representado na casa.
505 Conselheira Fátima observou todos os temas propostos importantes e poderiam
506 priorizar o ainda não discutido na casa, e como sugerido pelo Conselheiro Jair
507 Brandão acompanhar o andamento das deliberações. Ainda concordando com o
508 companheiro convidar os conselhos municipais como faziam nas reuniões do pleno.
509 Sra. Veridiana, representante da Superintendência da Assistência Farmacêutica
510 comunicou que estaria se ausentando, e gostaria de registrar achar interessante
511 incluir naquela pauta o tema da assistência. Informou que a superintendência foi
512 substituída recentemente, e observaram que na pauta estava escrito política de
513 assistência farmacêutica sendo de estado, e infelizmente aquela ainda não era. E que
514 estavam formando um grupo técnico para discutir e disponibilizar duas vagas para o
515 conselho estadual de saúde para fazer parte do grupo gestor, de fato apresentarem
516 antes do final do ano, nos mesmos moldes a política nacional de medicamentos da
517 assistência farmacêutica. Acrescentou a idéia era transformar a política de governo
518 em política de estado, pois todas as vezes que mudava o governo junto modificava a
519 política. Finalizando observou a política de medicamento transpassava por todas as
520 políticas, a exemplo da saúde mental, LGBT e todas em fim. E iriam oficializar o



521 convite esperando a indicação de dois membros daquele conselho para participarem
522 do grupo, e que a formação seria o mais rápido possível. Conselheiro José Marcos
523 observando que usaria o mesmo método da Conselheira Jany em relação a
524 recorrência na fala dos colegas propôs estabelecer, gestão do trabalho, atenção
525 farmacêutica, atenção integral a LGBT e regulação temas discutidos, restando
526 fiscalização. Concordou com o Conselheiro Batista em saber o andamento da
527 Resolução do RAG, as deliberações do pleno, e até que ponto foi colocado em
528 prática. E os temas inéditos, a saber: Hospitais Públicos; Atenção Básica e Saúde
529 Materna Infantil; Saúde do Idoso; Saúde Mental e Saúde do Trabalhador.
530 Conselheira Hosana, representante do Conselho Gestor do Hospital João Murilo
531 colocou relacionado à fala anterior da Conselheira Fátima questionaram o porquê do
532 conselho municipal não participar das reuniões do CES pela importância de trazer a
533 problemática do município e acompanhar as deliberações tiradas naquela casa.
534 Observou estar a pouco tempo na representação e sentia falta da apresentação da
535 política de HIV e DST/AIDS. Destacou a falta de estrutura da Unidade João Murilo e
536 que deixava a desejar a forma do atendimento aos pacientes. Esperava apoio das
537 condições colocadas. Conselheiro Hermias discordou da posição do Conselheiro José
538 Marcos e afirmou que nem tudo discutido foi resolvido. Observou a gestão atual
539 herdou o mesmo problema que aconteciam nos municípios do país, mas havia
540 solução e ele se propunha a demonstrar o modelo dentro de uma discussão com a
541 gestão, como modelo de solucionar a questão do abandono do tratamento da
542 tuberculose, e fundamental para pacientes com AIDS. Sr. Jair Pedro ex conselheiro da
543 casa observou que o relatório da última conferência de saúde mental do estado não
544 tinha sido entregue aos conselhos da época. Sugeriu debate sobre aquele tema e
545 convite a gerência de saúde mental e os municípios para avançarem na questão.
546 Afirmou apesar de não ser mais conselheiro acreditava na reforma e ainda estava
547 disposto a participar. Conselheiro Jair Brandão sugeriu dividirem os temas naquele
548 momento em macro e micro, ou seja, a discussão da manhã e tarde, e daquela
549 maneira talvez conseguissem discutir todos. Esclareceu que a política de saúde LGBT
550 ainda não tinha sido discutida, apresentada a do seminário de saúde LGBT que era
551 diferente da política. E a comissão sendo ligada ao conselho, seria necessário debater
552 a minuta da proposta que estava sendo feita sobre o processo de transsexualizador
553 que seria implantado no Hospital das Clínicas. E o conselho além de sua
554 representação precisava saber e discutir. Na questão da tuberculose haviam
555 convidado para a apresentação do programa, porém no dia do pleno a coordenadora



556 não pode comparecer, ficando pendente. A de HIV/AIDS tinha sido apresentada na
557 última reunião. Acrescentou o município de Vitória recebia recurso do governo
558 federal para AIDS, e iria receber também um incentivo do governo estadual para
559 construir o SAE – Serviço de Assistência Especializada, pois só existia CTA – Centro de
560 Testagem e Acolhimento. E tendo a assistência especializada os pacientes não
561 necessitavam se deslocar ao Recife. Recomendou ao representante do conselho de
562 Vitória, solicitar a apresentação a Secretaria do CES para verificar o valor que estarão
563 recebendo, e pressionar. Conselheira Jany colocou para o Conselheiro Hermias que a
564 fala do Conselheiro José Marcos seria importante, na questão da assistência
565 farmacêutica, considerando a informação trazida pela Sra. Veridiana do grupo que
566 iria discutir a política, poderiam manter o seguinte: Teria duas pessoas do conselho
567 discutindo a política, e a assistência farmacêutica viria perpassando os temas
568 conforme a necessidade. Na questão de saúde mental e tuberculose não tinham
569 como fugir o tema, garantiriam as falas do responsável da política, e enquanto
570 política fazia dentro da comissão e o membro representante traria informes para
571 dentro do conselho. E a discussão da assistência seria dentro do se queria saber em
572 relação a qualquer um dos itens como estava sendo observada. E da mesma forma
573 gestão do trabalho em algum momento seria citado nos temas, não deixando de ser
574 discutido como a atenção básica também. Em relação ao que foi tirado no pleno
575 passado, dia da discussão sobre o GT HIV/AIDS, que havia combinado com a
576 Secretária Executiva do CES, Sra. Suzana encaminhar ofício para a SES da formação
577 daquele GT, e procederem da mesma maneira à discussão do HEMOPE. Sr. Adson-
578 continuou defendendo a apresentação da atenção básica. Conselheiro Romário,
579 Conselho Local de Caruaru esclareceu a Conselheira Fátima a falta de presença nas
580 reuniões era pela falta de apoio da gestão. Conselheiro Hermias continuou com a
581 mesma posição colocada na última fala. Conselheira Jany propôs junto ao
582 Conselheiro Jair dupla de temas por sessão, e considerando a fala do Conselheiro
583 Hermias. Ficaria na primeira sessão: Terceirização (unificando os dois primeiros itens)
584 pela manhã e a tarde a Avaliação do Conselho; segunda sessão: Materno Infantil -
585 Manhã e a tarde – LGBT e Saúde Bucal; terceira sessão: Saúde Mental – Manhã e
586 Regulação à tarde; quarta sessão: Saúde do Idoso – Manhã e Tuberculose à tarde; e
587 quinta sessão; Saúde do trabalhador – manhã e Assistência Farmacêutica à tarde.
588 Lembrou que gestão do trabalho sempre estaria perpassando aos temas,
589 principalmente no primeiro que viria com proposto pelo Conselheiro Hermias. E no
590 mesmo formato a atenção básica, incluindo assistência farmacêutica junto à saúde



591 do trabalhador. Para colaborar foi digitalizada a nova proposta, a saber: Prioridades:
592 1. O.S, Hospitais Públicos, UPAS e Hemope – Manhã; 2. Avaliação do CES/PE-Tarde;
593 3.Atenção Básica- Manhã; 4.Assistência Materno/Infantil/Maternidades – Tarde; 5.
594 Política de Saúde da População LGBT – Manhã; 6. Saúde Bucal – Tarde; 7. Saúde
595 Mental – Manhã; 8. Política Estadual de Regulação da Atenção – Tarde; 9. Saúde do
596 Idoso – Manhã; 10. Política Estadual de Combate á Tuberculose – Tarde; 11.Saúde do
597 Trabalhador – Manhã; 12.Assistência Farmacêutica – Tarde. Temas Já Apreciados
598 pelo Pleno: Gestão do Trabalho. Conselheiro José Marcos discordou do formato sem
599 a Atenção Básica. O pleno delibera aprovadas as prioridades dos temas para as
600 próximas reuniões ordinárias do conselho, sendo destinado um tema em cada
601 expediente, a saber: **1º Organizações Sociais, Hospitais Públicos, Upas e Hemope**
602 **(manhã), Avaliação do CES/PE (tarde); 2º Atenção Básica (manhã) e Assistência**
603 **Materno Infantil juntamente com a questão das Maternidade (tarde); 3º Saúde**
604 **Mental (manhã) e Política Estadual de Regulação da Atenção (tarde); 4º Saúde do**
605 **Idoso (manhã) e Política Estadual de Combate à Tuberculose (tarde); 5º Política**
606 **Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (manhã) e Assistência**
607 **Farmacêutica (tarde);** O pleno considerando as pautas ordinárias já deliberadas
608 **acata** pautar uma Reunião Extraordinária para discutir sobre **Política de Saúde da**
609 **População LGBT (manhã) e Saúde Bucal (tarde).** Conselheiro Jair Brandão esclareceu
610 não estaria presente no período da tarde, e gostaria de informar o Comitê de Ética do
611 Hospital da Restauração, a qual ele representava avisou a reunião seria na próxima
612 sexta feira, dia dezoito às nove horas na própria unidade hospitalar. Observou que
613 aquela seria a primeira reunião que estavam convocando o conselho. No dia primeiro
614 de agosto reunião ordinária do Comitê de Saúde Integral da População LGBT, e
615 colocou-se a disposição a participar do GT da Assistência Farmacêutica caso aprovado
616 pelo pleno. Retomando as atividades da tarde a Secretária do Conselho, Sra. Suzana
617 Assis informou a Conselheira suplente da presidência do CES, Sra. Ana Cláudia Callou
618 teve que se ausentar, e conforme preconizava no regimento interno na ausência dos
619 mesmos o pleno deveria indicar um conselheiro/a para coordenar os trabalhos.
620 Sendo indicada a Conselheira Valderlene Guimarães na continuidade da pauta **CIST e**
621 **Coordenação.** Perguntou se alguém gostaria de fazer uma fala lembrando que em
622 pleno passado foi acordado discutir quem coordenaria a CIST. E se ainda houvesse
623 sugestão daria continuidade. Conselheira Zilda sugeriu o Conselheiro José Marcos por
624 ter desempenhado um bom trabalho, classificando como excelente representação.
625 Conselheiro Moura concordou. A mesa perguntou solicitou indicação do suplente. Foi



626 sugerido Conselheiro Romero Nogueira. Conselheiro Francisco recomendou que o
627 Conselheiro José Marcos se pronunciasse. Foi colocado que o mesmo concordava. A
628 coordenação confirmou **consenso nas duas indicações**. O pleno **acata** a indicação
629 para Coordenação da CIST-Estadual, sendo o Coordenador o Conselheiro José Marcos
630 da Silva e Vice o Conselheiro Romero Márcio Nogueira Dias. Na continuação
631 **Homologação dos Delegados Estaduais para etapa Nacional: Segmento usuário:**
632 Maria de Fátima, Ubirajara de Lima e Ricardo Herculano; **Segmento trabalhador:** José
633 Marcos, Marluce Brito (CIST); **Segmento gestor:** Aline Gurgel e Ana Paula Melo. A
634 mesa lembrou que a comissão organizadora da Conferência Estadual de Saúde do
635 Trabalhador/a elegeu alguns delegados para representarem na nacional, restando
636 vaga pelo seguimento de usuário. Conselheira Jany lembrou a conversa com o
637 Conselheiro José Marcos que as vagas estaduais seriam contempladas por CES/PE,
638 CIST/PE e SES/PE, e considerando não terem feito eleição propôs Lindinere ser
639 contemplada, pois também se colocou a participar. Conselheira Zilda concordou.
640 Conselheiro Francisco referendou lembrando o trabalho efetivo desenvolvido pela
641 companheira. Conselheiro Euclides observou o fato de Lindinere ser representante
642 do segmento do trabalhador e naquele caso representar os usuários. Conselheiro
643 Romero esclareceu que não constava no regulamento nem regimento a questão da
644 paridade, e que foi feito um acordo na comissão organizadora. Observou ainda ser a
645 favor da indicação. Conselheiro Francisco confirmou não falar na paridade, e que no
646 regulamento falavam na escolha de conselheiros, lembrando que colocaram outros
647 atores não conselheiros. Conselheira Fátima colocou a nível nacional tinha paridade
648 e a única vaga era usuário, e no regulamento da conferência em momento nenhum
649 relatava as oito vagas serem para o conselho estadual, tinha os conselheiros
650 estaduais deveriam ser apresentados na plenária da conferência se homologado pelo
651 pleno. E na ata só falava até a etapa estadual, e em seguida a comissão organizadora
652 tinha distribuído a quantidade de delegados, trabalhador e gestor por região.
653 Conselheira Erivânia observou fato de não enxergar necessitar mais esclarecimentos,
654 e votava pela ida da companheira Lindinere, outras pessoas não eram conselheiros
655 foram escolhidas. A mesa esclareceu os demais foram se escrevendo, se necessitasse
656 bastava levantar a mão. Conselheira Zilda observou o fato da relevância da Lindinere
657 participar com sua colaboração. Conselheiro Romero questionou o fato, se estava no
658 pleno para homologar era porque os atores foram escolhidos, e assim teriam que
659 anular tudo porque havia outras pessoas votadas e não conselheiras como Aline
660 Gurgel e Ana Paula Melo. Conselheiro Francisco esclareceu foram escolhidos pela



661 contribuição dada, e no momento não houve perfil para preencher a vaga de usuário.
662 Conselheira Iacelys Maria observou que não estava bem esclarecida e na conferência
663 colocou a perda da vaga do trabalhador, quando elegeram Sra. Marluce, porém
664 achava louvável o nome de Lindinere, mas no evento não foi colocado seu nome só
665 depois na comissão. Questionou porque não na vaga da CIST. Informou que existiam
666 outros membros da comissão e segmento usuário, que estavam interessados e não
667 foram convidados. Conselheiro Euclides esclareceu sua fala inicial era por entender o
668 questionamento na questão da vaga para conselheiro, e também concordava com a
669 indicação de Lindinere. Observou não estava concorrendo a uma vaga, e discordava
670 de arrumadinho quando em outros momentos criticavam. Conselheira Jany lembrou
671 que no regimento não especificava que a vaga era para conselheiro, e na reunião da
672 comissão ela tinha sido encarregada de fazer um quadro das vagas, e considerando
673 que não haveria eleição na etapa estadual decidiram eleger os representantes dentro
674 das oito vagas. Portando não teriam que ser conselheiros, poderia ser da secretaria e
675 da CIST/PE, que era o caso de Marluce. Concordava que deveria haver paridade como
676 pedia a nacional, porém surgiu questão na conferência da Sra. Marluce disporia sua
677 vaga para Lindinere se necessário. Propôs consultarem e depois decidir. Conselheiro
678 Jássimo colocou a favor de votarem em vaga de usuário e conceder a outra para
679 Lindinere não havendo problemas de alterar gasto. E não enxergava a atitude como
680 arrumadinho, pois havia sim na maioria o desejo da sua colaboração. Conselheira
681 Sônia observou a companheira Lindinere de fato merecia participar apesar de não ser
682 mais conselheira, e lembrou na conferência a mesma colocou se quisesse participar o
683 sindicato apoiava, porém gostaria de participar da delegação. A mesa informou que
684 fizeram naquele momento a consulta para a Sra. Marluce e a mesma concedeu a
685 vaga para Lindinere. Conselheira Ivonete Maria Batista observou resolvida a questão
686 deveriam tirar o nome para ocupar a vaga de usuário, e que ela era **suplente de**
687 **Lindinere**. Conselheira Zilda observou fato de ser a última a vantagem de concordar
688 com falas anteriores, porém chamou a atenção para esclarecer quando indicou o
689 nome de Lindinere não estava fazendo arrumadinho por não pactuava com o ato,
690 simplesmente pelo fato de ser uma ótima representação. Por fim que o controle
691 social era a casa de todos, usuário, trabalhador e da gestão e todo o saber era
692 importante não existindo maior ou menor. Conselheiro Jássimo também enfatizou
693 não comungar com arrumadinhos e quando usou o termo acordo de cavalheiro não
694 era naquele sentido. O pleno **acata** a **substituição** da Conselheira Municipal e
695 representante da CIST de Jaboatão dos Guararapes, **Marluce Brito**, **pela** antiga



696 Coordenação da CIST, a **Sra. Lindinere Ferreira**, para participar da **4ª Conferência**
697 **Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, na qualidade de delegada,**
698 **compondo a delegação das vagas destinadas ao CES.** O pleno **delibera a Conselheira**
699 **Liana de Araujo Almeida** na titularidade e Sônia Maria de Oliveira Pinto suplente
700 para integrar a delegação de conselheiros/as, delegados **para participar da 4ª**
701 **Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.** Seguindo
702 **Eventos:** O pleno delibera o Conselheiro **Ubirajara Alves de Lima** e a **Conselheira**
703 **Maria de Fátima Menezes da Silva** para **participarem VIII Congresso, com o tema:**
704 **"O Papel da Sociedade Civil no Controle Social das Políticas Públicas para a Infância**
705 **e Adolescência em Pernambuco"**, organizado pelo Fórum Estadual dos Direitos da
706 Criança e do Adolescente – Fórum DCA/PE que acontecerá no Seminário Nossa
707 Senhora das Dores, no período de 22 a 23 de julho do corrente, em Caruaru – PE; O
708 pleno delibera apenas a participação de conselheiros/as no **VIII Congresso, com o**
709 **tema: "O Papel da Sociedade Civil no Controle Social das Políticas Públicas para a**
710 **Infância e Adolescência em Pernambuco"**, não devendo incluir jovem (não
711 conselheiro) como acompanhante; O pleno referenda a indicação do Conselheiro
712 **Romero Dias** para participar do **Seminário de Educação Permanente**, promovido
713 pelo Conselho Nacional de Saúde, no período de 13 a 14 de agosto de 2014, em
714 Brasília- DF, com as **despesas custeadas pelo Conselho Nacional;** O pleno referenda
715 pleitear mais uma vaga junto ao Conselho Nacional para participação da Conselheira
716 Maria Zilda no **Seminário de Educação Permanente**, promovido pelo Conselho
717 Nacional de Saúde, no período de 13 a 14 de agosto de 2014, em Brasília- DF, com as
718 **despesas custeadas pelo Conselho Nacional** e da indisponibilidade de custeio pelo
719 Nacional, o Conselho Estadual de Saúde assume essa despesa, de forma que seja
720 garantida pelo menos a vaga e consequente a participação da conselheira. O pleno
721 acata a **Conselheira Maria de Fátima Menezes e o Conselheiro Jássimo Bartolomeu**
722 como representantes de Pernambuco, pelo Conselho Estadual de Saúde de
723 Pernambuco, no Fórum de Conselhos de Saúde das Regiões Norte e Nordeste, **para**
724 **participar do Fórum de Educação Popular em Saúde – FREPOP**, que acontecerá no
725 período de 22 a 26 de julho do corrente ano, na cidade de Lagarto – SE. **Informes e**
726 **encerramento; Aquisição de uma copiadora. O pleno é de acordo com a compra da**
727 **Copiadora para o CES/PE**, ficando a Secretaria Estadual de Saúde responsável de
728 verificar no contrato se uma vez havendo equipamentos locados se ainda é possível
729 incluir no mesmo a compra de da referida copiadora. O pleno acata remeter para
730 Secretaria Estadual de Saúde os questionamentos levantados durante a reunião



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO

Aprovada em 12.11.14

731 acerca do processo de municipalização do **Hospital Pam de Areias, para**
732 **pronunciamento da gestão.** E por nada mais havendo a tratar a Coordenação da
733 mesa, às dezessete horas e dez minutos, deu por encerrada a 440ª Reunião Ordinária
734 do CES/PE. A presente foi lavrada por mim, _____ Anary de Paiva
735 Souza, Relatora do CES/PE. Recife, nove de julho de dois mil e catorze. Assinatura
736 dos presentes: Maria Zilda da Silva Uchoa Cavalcanti- COREN/PE –
737; José Marcos da Silva- CREFONO 4ª REGIÃO –
738; Valderlene Guimarães Santos- CREFITO 1ª Região –
739; Adriano Martins Dantas-SINDACS/PE –
740; João Batista Fortunato- SINDSAÚDE –
741; Jássimo Bartolomeu dos Santos- SINDSAÚDE –
742; José Francisco de Assis Barbosa-SINDSEP/PE –
743; Neide Pereira dos Santos- SINDSEP/PE –
744; Ivonete Maria Batista- SINDSPREV/PE –
745; Iacelys Maria Santana de Carvalho- SINDSPREV/PE –
746; Antônio Rosildo de Mendonça- SINDUPE -
747; Romero Márcio Nogueira Dias- CRO/PE –
748; Hermias Veloso da Silveira Filho-SINFARPE -
749; Armando Luiz Arantes de Moura- CRF –
750; Jair Brandão de Moura Filho - GESTOS -
751; Erivânia Ferreira da Silva- ADVAMPE-
752; Edite Honorato de Araújo- Centro de
753 Atendimento Lar Bem – Te- Vi-; José
754 Rodrigues da Silva - Federação dos Traba. Agric. PE.....;
755 Maria de Fátima Menezes da Silva- Inst. Pró-Cidadania-;
756 Euclides Monteiro Neto-Inst. Pró-Cidadania-;
757 Liana de Araujo Almeida- CUT.....;
758 Sônia Maria de Oliveira Pinto-CEPAS –.....;
759 Antônia Veloso Vieira- Congreg. Assist. Social Irmãs N.S. Glória-
760; Isabel Macedo Rodrigues-Instit. de Saúde Holística Madre
761 Paulina-.....; Ubirajara Alves de Lima- Círculo Op.
762 Nazaré da Mata-.....; José Alves de Andrade-Círculo Op.
763 Nazaré da Mata-.....; Ana Cláudia Callou Matos-
764 SES/PE.....; Jany Welma de Sá Albuquerque -SES/PE -
765; Inês Eugênia Ribeiro da Costa - SES/PE -



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO

Aprovada em 12.11.14

-
- 766; Nívea Lucena de Lima- SEE/PE -
767; Célia Rejane Carvalho de Menezes Araújo-
768 SEPDS.....
769